

DISTINÇÕES E ARTICULAÇÕES ENTRE CORPOS FEMININOS E CORPOS GRÁVIDOS NA PAIS & FILHOS

Differentiations and articulations between feminine bodies and pregnant bodies in (the magazine) Pais & Filhos

Maria Simone Vione Schwengber*

RESUMO

O artigo é parte de uma pesquisa em que, apoiadas nos campos dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais que se aproximam das teorizações pós-estruturalistas, em especial, das de Michel Foucault, problematizamos alguns dos modos pelos quais diferentes discursos, da medicina à educação física, investem sobre o corpo feminino para educá-lo como *corpo grávido*. Para isso, examinamos exemplares da revista *Pais & Filhos*, do período de 1968 a 2004, utilizando as estratégias metodológicas da análise de discurso. Das análises que resultaram, focalizo aqui um movimento que permite visualizar a emergência de uma lógica, segundo a qual a educação dos corpos grávidos se intensifica para produzir diferentes posições de sujeito: a de mãe cuidadosa (que cuida e se cuida) e carinhosa; a que abriga e protege. Argumentamos que esse processo educativo pode ser compreendido como uma dimensão importante de um processo contemporâneo mais amplo que temos definido como “politização do feminino e da maternidade”.

Palavras-chave: corpo; gênero; práticas corporais; maternidade; mídia.

* Doutora em Educação, professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI.

ABSTRACT

This article is part of a research based on the fields of Gender and Cultural Studies that approximate to post-structuralist theories, especially those of Michel Foucault. The research problematized some of the ways in which different discourses, from medicine to physical education, have invested on the woman body to educate it as a pregnant body. We have examined issues of Pais & Filhos magazine, from 1968 to 2004, using methodological strategies of discourse analysis. From the resulting analyses, we have focused on a movement that allows for visualizing the emergence of a logic according to which education of pregnant bodies has intensified to produce different positions of subject: an affective, caring mother (one who takes care both of herself and of her child); a sheltering and protective mother. We have argued that this educative process may be understood as an important dimension of a more comprehensive contemporary process that we have defined as “politicization of the feminine and the motherhood”.

Key words: body; gender; body practices; motherhood; media.

Educar corpos como corpos grávidos

A sociedade moderna, para Foucault (1999), é demarcada pelo investimento educativo nos corpos. Para o autor, é possível visualizar, na cultura ocidental, a passagem de um “estado territorial para um estado populacional” que esteve assentada no pressuposto de que a riqueza dos estados-nação não é definida pela presença apenas dos recursos naturais de seus territórios, mas, principalmente, pelo estado de saúde de suas populações. Emergem, aí, uma “nova administração dos corpos e uma nova administração calculista da vida”, num processo denominado de “estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p. 135). Nesse processo articula-se o que o autor chamou de biopoder, numa dupla forma: uma “anátomo-política” do corpo do indivíduo e uma “biopolítica” da população. A primeira tem a ver com a disciplina do corpo individual, “ampliação das suas aptidões, extensões de suas forças, crescimento de sua docilidade e utilidade na integração com sistemas eficazes e econômicos” (FOUCAULT, p. 131). A segunda está relacionada com as intervenções dos saberes sobre o corpo-espécie e a preocupação em “controlar e regular” a população, bem como com a

“proliferação de dados estatísticos sobre os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde e da duração da vida”.

Foucault (1999, p. 130) caracteriza esse período como a época em que o “velho poder de deixar morrer” deixa a cena em favor de um “poder de fazer viver, devolver a vida”, uma vez que esta seria a primeira vez em que tanto o corpo individual quanto o corpo coletivo – a população – ingressam no registro da política: a vida, o corpo e a saúde passam a entrar em um espaço de intervenções, de regulação e de controle. Nesse contexto, a vida e o corpo saudável adquirem um valor político e econômico, na medida em que os estados percebem que estudos específicos sobre a vida corporal da população se apresentam como fontes propícias de intervenção, que passam a ser organizadas em “políticas de saúde” através das quais as populações podem ser conhecidas, vigiadas e cuidadas (FOUCAULT, p. 196). A saúde das populações passa, pois, a ser vista como um elemento que definiria as potencialidades concretas de riqueza dos estados-nação, de modo que os corpos assumem “uma significação diferente; não mais supliciados, mas (re) formados, corrigidos, aqueles que receberiam aptidões, um certo número de qualidades” (FOUCAULT, p. 119).

Assim, as condições de vida, a construção de novas funcionalidades dos espaços residenciais, o incentivo à higiene, à saúde e ao vigor dos corpos, o imperativo da importância da reprodução saudável da espécie, o “melhoramento” dos costumes e da moral dos corpos e a expansão das políticas de regulação da natalidade passam a ser objetos de regulação do Estado.

É evidente que esse pressuposto – o de que a riqueza dos estados-nação se mede pela saúde dos corpos de seus habitantes – afetou de alguma forma a todos os corpos, mas o raciocínio desenvolvido pelo autor me permite afirmar que ele atuou de modo particular sobre os corpos das mulheres, por sua relação com a capacidade de gestar e parir. Na mesma direção, o autor me instigou, também, a pensar em desdobramentos atuais desses processos de gestão da vida sobre os corpos de mulheres-mães. Isso constituiu o foco de uma investigação¹ mais ampla, que buscou, pois, problematizar alguns

1 SCHWENGBER, Maria Simone Vione. *Donas de si? A educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Dagmar Estermann Meyer, no âmbito da Linha de Pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero.

dos modos pelos quais diferentes discursos, da medicina à educação física, produzem e modificam o corpo feminino, inserindo-o em processos educativos que são compreendidos por mim como sendo uma dimensão importante de um movimento contemporâneo mais amplo, que tenho definido como “politização do feminino e da maternidade” (MEYER, 2006).

Se as mulheres e seus corpos, a partir da modernidade, são revestidos de um novo simbolismo político, esses corpos não estão mais à disposição de interesses apenas particulares, como a transmissão do sangue e do nome da família, mas também de valores coletivos mais complexos, como o vigor de um povo e o “crescimento/riqueza de uma nação” (FOUCAULT, 1999, p. 130), e é nesse contexto que a reprodução torna-se passível de controle político. Nessa direção, muitas estratégias políticas destinadas ao controle da saúde dos corpos reprodutivos foram implementadas com a finalidade de torná-los mais produtivos e menos ameaçadores à sociedade, já que eles seriam as “fontes” primeiras dessa saúde e desse vigor da população.

Nesse movimento, o processo de gestação [gravidez] que era, em outros tempos, um tema da esfera particular, expande-se e passa a interessar, crescentemente, ao amplo grupo social, e não mais apenas ao grupo familiar/cônjuges. Assim, ao longo dos séculos XIX e XX, no contexto brasileiro, multiplicaram-se discursos e representações sobre a gravidez, reforçando a idéia da centralidade da mulher no processo gestacional, como destaca Ana Paula Martins (2004).

Assim, interessei-me pela problemática da politização da maternidade e, em particular, pela politização dos corpos grávidos, no contexto de um artefato específico da mídia impressa brasileira, a revista *Pais & Filhos*. Rosa Fischer (2002) é uma das estudiosas que chama a atenção para a importância que a mídia assume, ocupando uma posição central no processo de constituição do sujeito contemporâneo, nos modos de ser homem e mulher, inclusive nos de ser pai, mãe e gestante. Seduziu-me o desafio de compreender como um artefato específico da mídia brasileira, a *Pais & Filhos*², contribuiu para a reprodução e veiculação de discursos implicados com a politização de corpos grávidos, na contemporaneidade.

2 A revista, que foi publicada pela Editora Bloch, atualmente é editada pela Manchete. A escolha por essa revista deve-se, primeiramente, ao fato de ela ser uma publicação midiática de ampla circulação no Brasil, reconhecidamente privilegiada por seu tempo de permanência no mercado frente a outras publicações destinadas ao mesmo segmento. Ela surgiu em setembro de 1968 e mantém-se até hoje no mercado brasileiro, sendo, portanto, a mais antiga nesse gênero.

Tal discussão foi feita tomando como referência algumas perguntas iniciais: como se define e se posiciona o corpo grávido no contexto da revista *Pais & Filhos*? O que se ensina? Sobre o quê? Em que circunstâncias?

Para respondê-las, examinei 674 exemplares da *Pais & Filhos* publicados no período de 1968 a 2005, apoiando-me na perspectiva dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais que se aproximam das teorizações pós-estruturalistas e utilizando, como estratégia metodológica, a análise de discurso foucaultiana.

Este artigo sintetiza uma parte dessa investigação e, nele, procuro mostrar que esses processos educativos se constroem e se modificam ao longo da história, no âmbito das relações sociais, e são, portanto, sensíveis a relações de poder que produzem práticas corporais e identidades maternas diferenciadas, algumas das quais descrevo e analiso a seguir.

Ampliação e intensificação da rede de cuidados corporais no pré-natal

A *Pais & Filhos* demarca um movimento que reforça a noção de que a *mãe* e a *mulher* não convivem num mesmo corpo. O exercício da gravidez – gestar, parir, amamentar – exigiria cuidados intensivos, tanto que a revista produz incontáveis informações sobre esses cuidados.

É importante destacar que, nos primeiros anos de publicação da *Pais & Filhos* (1968-1978), os saberes do discurso médico eram proeminentes, definindo-se como o discurso que respondia, de forma quase absoluta, pelo processo de condução da gravidez e do pré-natal.

Os exames *obstétricos*, como palpação abdominal e pelvimetria, são procedimentos clínicos importantes, no decorrer de seus cinco primeiros anos de publicação destacados pela revista. Reforça-se uma idéia radical: a de que os exames e o acompanhamento clínico são procedimentos que aperfeiçoam o processo de condução da gravidez saudável e de que se submeter a (ou assumir) esse pressuposto ajuda a consolidar o lugar central das mulheres no processo de condução e implementação da gravidez e, por consequência, da maternagem.

Essa posição marca definitivamente a forma como as sociedades ocidentais, a partir da segunda metade do século XX, irão desenvolver dispositivos que lidam com as questões relacionadas à vida e à sua gestão. Entre os dispositivos aqui apresentados, encontra-se a implementação, paulatina e contínua, de inquéritos, levantamentos e/ou coletas de dados relacionados à gravidez, aos indivíduos e às populações.

A partir do final da década de 70, a *Pais & Filhos* promove e divulga outros saberes, de forma mais intensa e regular, que emergem gradativamente. Assim, uma rede mais ampla de cuidados, de novos saberes físicos, psicológicos, estéticos, odontológicos, nutricionais e cosméticos, como também uma série de produtos e serviços, passa a ser destacada como necessária a um “bom” pré-natal. O importante é que esses outros discursos se consolidam, pouco a pouco, mas não do mesmo modo e nem com a mesma força do discurso médico, nas suas mais diversas formas no contexto da *Pais & Filhos*. Se até a década de 70 o discurso médico era quase exclusivo, depois a revista passa a veicular a idéia de que, quanto mais cuidados as gestantes assumirem e mais se adaptarem a determinados padrões de cuidados, mais valor agregará. A quantidade de cuidados a partir daí se coloca, na revista, como “novo” determinante da condição social das gestantes.

Como observa Sant’Anna (2001), essa tendência de exaltação do cuidado dos corpos no Brasil é também fortalecida, a partir da década de 70, pelo impacto de diferentes movimentos, do desenvolvimento da indústria farmacológica, da cosmetologia, da publicidade, da moda, do cinema de Hollywood e do incremento de políticas públicas.

A revista, a partir da década de 70, trata da educação dos corpos grávidos de uma maneira mais alargada e complexa, como observamos pelo volume de prescrições. Segundo Madel Luz (2003), é o próprio caráter simbólico da saúde que muda a partir desse período. As medicinas alternativas, as concepções ambientalistas, as correntes de psicologia da auto-ajuda, as modas dietéticas e a cultura física, entre outras, produzem efeitos que as gestantes observam em termos de saúde.

Em conexão com essa forma educativa mais ampla, está a própria noção de saúde reprodutiva preconizada pelos organismos nacionais e internacionais. Scavone (2004) observa que o conceito de saúde reprodutiva

se inspirou na enunciação³ do conhecido conceito de saúde da OMS, que define como um estado de completo bem-estar físico, mental e social que não supõe apenas a ausência de doença. Essa definição aponta para aspectos que pressupõem o envolvimento de outras áreas do conhecimento, para além do que comumente entendemos como um campo restrito do saber médico. Esse conceito de saúde tem como referência um modelo de saúde integral⁴ a ser alcançada, cujas características holísticas servem como padrão para definir os aspectos específicos também da saúde materna. Tal conceito é o elogio a um mundo onde diferentes discursos das ciências ocupam lugar de destaque, e é mediante esses conjuntos de saberes que a condição de pleno “bem-estar” fica assegurada.

No momento em que discursos de domínios diferentes invocam a gravidez, pode-se dizer que ela se tornou um campo de batalha, um campo de disputa de saber-poder. O processo de implementação e condução da gravidez passa a ser investido como capital vital, sendo-lhe atribuída uma força de valoração que irá se associar as outras forças, expandindo a idéia de que os indivíduos são aprendizes corporais, administráveis e gerenciados desde muito cedo, desde o embrião/útero até o leito de morte (MEYER, 2004).⁵ Desenha-se uma detalhada administração da vida por meio de um complexo ordenamento de saberes e de práticas culturais que alimentam a idéia de gerenciamento dos corpos das mulheres gestantes e os dos seres humanos que elas geram. Referi-me a esse processo em curso como politização do corpo grávido, uma vez que estão colocados “no centro das políticas de gestão da vida” (MEYER, 2004, p. 3), sendo fabricados dentro de uma rede de práticas e de saberes – cuidado pré-natal, cursos especializados, consultas, academias – que objetivam maximizar, através da saúde materna, a saúde do feto.

A revista enfatiza o pressuposto de que cada gestante deve aprender a decodificar, incessantemente, as linguagens de um organismo grávido, valendo-se, para isso, do pré-natal.⁶ A *Pais & Filhos* multiplica e faz circular o enunciado de que

3 Esse conceito passou a ser definido após a Conferência do Cairo de 1994 (Cf. SCAVONE, 2004, p. 49).

4 Um exemplo dessa lógica é o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que foi formulado no início da década de 80 para contemplar as necessidades de saúde integral.

5 Ver também Forna (1999) e Lupton (1999).

6 No Brasil, o Ministério da Saúde preconiza a realização de, no mínimo, seis consultas de acompanhamento pré-natal, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre de gestação.

bom pré-natal é a linha divisória entre a vida e a morte, a saúde e a doença, a normalidade e a anormalidade, [e] o que interessa é que isso é dito às mulheres freqüentemente e que são elas que precisam cuidar de seus corpos grávidos e dos corpos de seus filhos. (RIPOLL, 2005, p. 66)

O bem-estar e a saúde do feto aparecem em primeiro plano e são, quase sempre, relacionados à quantidade e à freqüência dos exames feitos no pré-natal, bem como à qualidade do cuidado “consigo” que a mãe é capaz de assumir e executar. Fica, assim, evidenciado o risco potencial oferecido ao feto pela mãe que não controla seu corpo, uma vez que a “boa mãe” é a que submete seu corpo aos exames minuciosos do pré-natal.⁷ No Brasil, vale destacar que nos anos 60 se intensificaram as ações do planejamento pré-natal⁸ (VIEIRA, 2002), embora as políticas públicas de saúde já viessem há algum tempo privilegiando o ciclo grávido-puerperal.

Diz-se, por exemplo, no contexto da revista, que uma gravidez *acompanhada no e pelo pré-natal é segura*. É possível problematizar essa afirmação da *Pais & Filhos*, pois os dados do Ministério da Saúde indicam que 85,6% (91, 4% urbanas e 68,1% rurais) das gestantes brasileiras recebem atendimento no pré-natal.⁹ Isso demonstra que a maioria comparece às consultas, faz todos os exames disponíveis que são registrados na carteira de gestante¹⁰, porém o fato de ter feito pré-natal não garante atendimento no

7 Informações de rotina solicitadas no pré-natal (Cf. DATASUS, 2006): idade, profissão, grau de instrução dos pais; antecedentes de saúde pessoais e de familiares; doenças, cirurgias, alergias, hábitos, vícios (fumo, álcool, drogas), medicamentos em uso; se estão fazendo algum curso de preparação para pais; quantas vezes a mãe já engravidou (incluindo eventuais abortamentos); número de filhos, suas idades e dados de saúde; tipo de partos anteriores (natural, cesárea ou fórceps); peso e estatura de cada filho ao nascimento; boletim de Apgar de cada filho; intercorrências no período neonatal de cada filho: icterícia, desconforto respiratório, infecções; se houve necessidade de internação ou não; período de amamentação de cada filho – eventuais dificuldades; tipo sanguíneo dos pais e filhos (Grupo A, B, O e fator Rh); dados relativos à gravidez atual: programada ou não, desejada ou não, sangramentos, cólicas, contrações, infecções, problemas de pressão, vômitos, medicamentos em uso, exames complementares realizados e seus resultados; se terá ajuda de algum familiar para cuidar do bebê.

8 Mesmo as mães mais carentes de recursos materiais têm hoje à sua disposição uma oferta praticamente universal de serviços públicos de pré-natal no Sistema Único de Saúde – SUS. Os princípios de gratuidade, universalidade e descentralização desse sistema têm permitido o acesso de praticamente todas as gestantes do país a serviços especializados de assistência. Pode-se dizer que hoje, no Brasil, “só não faz pré-natal quem não quer” (Ministério da Saúde, Brasil, 2006).

9 Os dados do Ministério da Saúde mostram que o atendimento no pré-natal no Brasil acontece, variando entre 70,2 % no Nordeste, 81, 9% no Norte e 97,4% no Sul.

10 Carteiras e cartões – na sociedade de contemporânea, quase nada escapa de uma documentação, partilhada entre diferentes instituições, cada vez mais abertas ao intercâmbio, produzindo um controle incessante.

momento do parto. Para Miriam Paiva (2006, p. 4), as mulheres brasileiras fazem pré-natais, mas muitas não sabem onde vão dar à luz: “a peregrinação por hospital e o precário atendimento é ainda o que mata”. Segundo a autora, tem sido mais difícil para as mulheres pobres receber atenção, durante o trabalho de parto, pois desperdiçam horas cruciais procurando vagas nos hospitais – “as parturientes pobres, muitas vezes, precisam disputar o centro cirúrgico com baleados, atropelados e outros” (PAIVA, 2006, p. 4).

Um pré-natal “perfeito” apenas não dá conta se não forem encontrados leitos hospitalares e se as parturientes não tiverem um atendimento médico adequado no parto, como destaca também Mirian Fitchner (2006). Para a autora, isso é o avesso do que ocorre com as grávidas de classe média-alta, para quem o nascimento de um(a) filho(a) é uma superprodução calculada em seus mínimos detalhes. Elas se submetem a uma bateria de exames, geralmente fazem cursos na maternidade onde darão à luz, agendam o parto e até encomendam um enfeite com o nome do bebê para colocar na porta do quarto privativo.

Trata-se de um contexto de “fazer viver”, com amplas biopolíticas fazendo emergir sistemas de seguridade social, tanto de previdências públicas quanto privadas. Entendo que o pré-natal é uma estratégia biopolítica que não exclui a disciplina individual, mas que, sobretudo, a utiliza (FOUCAULT, 1989).

O corpo grávido e sua saúde terá que ser produzido, então, por cada mulher, na ginástica e/ou em outras práticas destacadas no pré-natal, de acordo com a força de vontade pessoal, com a idéia de uma saúde “holística”¹¹ feita pela própria gestante. A economia de saberes descrita anteriormente faz parte de um movimento contemporâneo que envolve uma nova politização do corpo grávido, “[...] nova não no sentido de inovadora, mas no sentido de uma atualização, exacerbação, complexificação e multiplicação de investimentos educativo-assistenciais que têm como foco as mulheres [...] [no caso, as gestantes]” (MEYER, 2003b, p. 47).

Como observamos no segundo quadro, há hibridismos e/ou sincretismos¹² em termos de cuidados prescritos à manutenção de saúde das

11 A definição de holismo, para Madel Luz (2003), refere-se ao sentido social do termo. Entretanto, se partirmos da etimologia da palavra, *holos* significa o todo. Também encontramos na palavra *holismo* o sentido de integração, aplicado em outras áreas, como na área de saúde, com a medicina holística.

12 A idéia de sincretismo em termos de práticas de saúde como marca da pós-modernidade é exposta e tomada aqui a partir dos estudos de Madel Luz (2003).

gestantes na *Pais & Filhos*. Diferentes saberes são apresentados na revista e coexistem às vezes de maneira contraditória e, outras vezes, de maneira harmoniosa e mais ou menos integrada, justapondo e/ou articulando práticas de cuidados e aspectos conceituais de distintas racionalidades (Cf. LUZ, 2000). E, na maior parte delas, os cuidados são colocados na órbita do *self-service* (GIDDENS, 2002).

Escolher o próprio roteiro de cuidados corporais?
Construa o seu roteiro de cuidados no decorrer da gravidez: os itinerários propostos em nossa revista são apenas sugestões de cuidados, que podem ser combinados e também modificados levando em conta o que cada uma pretende. (PINTO, 1984, p. 114)

Esse é um exemplo onde se afirma que as escolhas das gestantes podem ser individuais, que são elas *que podem e devem dirigir e conduzir a sua gravidez*. A revista sugere, como se observa nos excertos, certa “liberdade” combinatória de cuidados. Os cuidados apresentam-se como um imperativo, mas o interessante é que a revista destaca o *kit* de cuidados que podem ser escolhidos em razão das motivações e das condições pessoais. Parece que os cuidados são deslocados de quadros rígidos e coercitivos em direção a um processo de individualização de escolhas, funcionando com suavidade, respeitando as inclinações individuais, o bem-estar e os interesses de cada mulher. A revista faz uma aparente substituição da indução uniforme pela livre escolha, dando a sensação de que agora cada gestante tem o prazer de compor à vontade os cuidados que vai privilegiar na sua gestação.

Como se observa nos excertos anteriores, a *Pais & Filhos* faz um convite às mulheres para responsabilizarem-se por si no que se refere ao sucesso da gestação, estabelecendo relação com uma ética ativista, individualista e construtivista (SANT’ANNA, 2001b). Parece que essa nova ética em relação aos muitos cuidados corporais contribui, também, para a revista argumentar e incentivar a diminuição da prole familiar. Muitas vezes, dentro da revista, reconhecem que uma prática materna

[...] rodeada de cuidados individuais era [é] incompatível com a idéia de ter muitos filhos, tanto pelo tempo quanto pelo trabalho e dedicação psíquico-afetivo-emocional que requer. (FERNANDES, 1980, p. 21)

Agrega-se a esse argumento o fato de que filhos(as) custam “caro” e exigem muitos cuidados. Desse modo, começava a circular na *Pais & Filhos*, a partir da década da 70, acentuando-se na década de 80, a idéia de que:

[...] a melhor mãe não é a que tem mais filhos, mas a que tem menos filhos e cuida deles. (FERNANDES, 1980, p. 20)

E ainda:

[...] ter um filho, desde que seja um modelo exemplar da raça humana, vale por vinte imperfeitos. (FERNANDES, 1980, p. 21)

Dessa forma, a tensão entre qualidade e quantidade, no contexto da revista, sobretudo depois da década de 80, mostra uma vitória do primeiro pólo, quando começaram as exigências de cuidados corporais e de dedicação a triunfar sobre o número de filhos(as) a serem concebidos(as).

Na segunda década do século XX, o forte tom nacionalista que imperava em muitos países, inclusive no Brasil (*birth control* – controle de nascimento), tem como uma de suas implicações a preocupação mais acentuada com a qualidade da população, do corpo e da saúde (CORRÊA, 2000). Emergem políticas mais firmes em relação à quantidade de filhos(as), e o incentivo à redução desse número de filhos(as) é posição assumida claramente pelo conselho editorial da *Pais & Filhos*, principalmente depois da década de 80.

No Brasil, observa-se uma queda na taxa de fecundidade a partir desse período. A média de fecundidade por mulher assim se configurava: em 1940, cada mulher brasileira tinha em média 6,16 filhos; em 1950, 6,21; em 1960, 6,28; em 1970, 5,76; em 1980, 4,35; em 1990, 2,5; em 2005, 2,1, conforme Arilha Berquó (2006). Para a autora, a redução é devida a vários fatores¹³, tais como: elevado uso da esterilização feminina, da pílula e de outros contraceptivos; aumento do

13 A partir da década de 1980, tornou-se claro que a fecundidade no Brasil estava diminuindo bastante; hoje, a média brasileira não é muito maior do que a observada em países bem mais ricos (IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

número e permanência de mulheres no mercado de trabalho; expansão do emprego no setor terciário; transformações nos valores relativos ao lugar social das mulheres; expansão da escolaridade feminina. Marcelo Medeiros (2006) chama a atenção para o fato de que a taxa de fecundidade caiu na classe média-alta, bem como nas classes menos favorecidas¹⁴, que se aproximam da média geral. Na *Pais & Filhos*, os discursos sobre a família reduzida ganham cada vez mais espaço. É importante destacar que, nos países de terceiro mundo, sob o antigo regime demográfico, a gravidez ocupava pelo menos quatro anos e meio da vida de uma mulher; nos novos tempos, representa de 18 a 27 meses. Em compensação, o tempo dispensado pela mãe aos cuidados corporais parece ter aumentado e se intensificado. Encontramos também muitos exemplos do modo como a *Pais & Filhos* educa as mulheres para desejarem o estado de gravidez.

[...] GRAVIDEZ: como um estado de graça, um momento de mais pura alegria, uma condição que deixa a mulher com mais inteligência. (PAIS & FILHOS, 1977, capa)

[...] A gravidez, um estado em que a mulher viaja com seu bebê para o reino encantado da felicidade, onde se vivem intensas alegrias, dentro do seu próprio corpo. (PAIS & FILHOS, 1980, capa)

[...] Vou pôr a mão na “massa”... Feliz, feliz, mesmo sabendo que vou ter muitos cuidados pela frente, afinal, estou grávida! (CARNEIRO, 1990, p. 102)

Os excertos tendem a contribuir para um posicionamento que fortalece uma representação da gestante feliz, contente e, de certo modo, deslumbrada em relação à gravidez. Parece que essa é uma das muitas estratégias que fortalecem uma imagem de felicidade e de celebração do processo da gravidez, ainda mais se essa mulher for adulta e tiver renda própria; porém, se for adolescente e/ou pobre, aí não merece admiração e comemoração.

14 Para Marcelo Medeiros (sociólogo pesquisador do IPEA), pensar que a miséria no Brasil decorre do tamanho excessivo das famílias é uma maneira confortável de se transferir para os pobres a responsabilidade por sua pobreza. O discurso de justificar a pobreza pela alta natalidade é frágil, não enfrenta o que realmente é grave e o que está por trás da pobreza e de outros problemas no país: a desigualdade social. Para o autor, estudos também do IPEA

sobre as mudanças ocorridas na composição das famílias brasileiras ao longo dos últimos 30 anos indicam que, hoje, a proporção de domicílios que têm mais de três filhos com idade inferior a dez anos não chega a 3% do total de domicílios brasileiros. Famílias enormes estão cada vez mais raras, fazendo com que medidas controlistas sequer possam ser aplicadas a grandes parcelas da população (MEDEIROS, 2006, p. 1).

Uma outra estratégia de positivação da gravidez refere-se ao modo como são abordados seus desconfortos, como *náusea* e *sonolência* mencionadas em poucas matérias, em que são apresentadas possíveis soluções, produtos e recursos que asseguram o bem-estar. Observa-se que, na *Pais & Filhos*, há uma crença na maternidade controlada, que caminha ao lado do emprego, cada vez mais abrangente, de prescrições e de soluções como atividade física para amenizar as náuseas, remédios como analgésicos e tranqüilizantes para eliminar desconfortos.

Compreender a revista com base na inspiração foucaultiana demanda um deslocamento da perspectiva reflexiva e prescritiva para tratá-la como uma “prática produtiva que conduz, governa e regula condutas¹⁵ individuais e coletivas” (FOUCAULT, 1999, p. 240), como uma peça da sofisticada maquinaria que educa os corpos, pois a revista está implicada no exercício de relações de saber-poder. Saber é aqui tomado como algo que produz, cujo exercício consiste em um conjunto de ações, diluídas ao longo dos 37 anos do projeto editorial, sobre determinadas mulheres brasileiras, fazendo-as agir de determinados modos. (FOUCAULT, 1988)

O corpo materno como sustentáculo do processo reprodutivo

O subtítulo enunciativo desta seção, “O corpo materno como sustentáculo do processo reprodutivo” (*Pais & Filhos*, 1980), é um entre os muitos que ilustra e destaca o corpo grávido, morada do outro, ao mesmo tempo símbolo de proteção (pois a ele cabe a tarefa de proteger o feto e sustentar o processo de reprodução). E os efeitos desse disciplinamento constituem uma tecnologia de poder que proporciona a emergência de uma consciência sobre o próprio corpo, no caso destacado pelos enunciados, sobre a condição de estar grávida e de enfrentar a gravidez. Essa disciplina apresenta efeitos individualizantes, na medida em que produz nas gestantes, a partir de seus corpos, um controle de sua condição, com algumas características:

15 O termo *conduta* é tomado no contexto desta tese a partir da visão de Foucault (1995, 1998), que se refere à conduta como algo que pode ser regulado, controlado, formatado e modificado para fins específicos.

“celular (pelo jogo individual da repartição espacial – meu corpo que está grávido), orgânico (pela codificação das atividades – por isso cabe à gestante incorporar muitos cuidados), combinatório (pela composição de forças)”. Disciplinar um corpo, como afirma Foucault (1985, p. 135), significa, pois, “sujeitá-lo, mantê-lo sob controle”. E é um controle que funciona porque introjeta no indivíduo o autocontrole e este é incorporado por ele.

Não por acaso, deparamo-nos, na revista, com a presença de um corpo grávido metamorfoseado de tela a cela, talvez vigiado e punido pela coerção social. Foucault (1979) descreveu alguns dos grandes centros de confinamento, como a família, a escola, a igreja, a caserna, a fábrica, o manicômio, o hospital, ou seja, estratégias que lançam mão da arquitetura como modulação política, ou melhor, como tecnologia de poder, explícita, segundo a interpretação de Gilles Deleuze (1988) – estratégias que se acentuam nos séculos XX e XXI. A estratégia concentra, distribui no espaço, compõe uma força produtiva de dupla vantagem, pois confina e vigia mãe e filhos(as). O panóptico inverteu o princípio da masmorra, pois “a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia” (FOUCAULT, 1979, p. 210). Assim, o indivíduo vigiado:

[...] não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola, depois a caserna, depois a fábrica, de vez em quando no hospital [...], [eventualmente com a gestação]. (FOUCAULT, 1979, p. 210)

As mulheres são instigadas pela revista a um constante exercício de autodomínio, de vigilância de si (elas têm quase o dever de cuidar de si) e de desenvolvimento das competências necessárias para cuidar, de formas muito bem determinadas, dos seus próprios corpos e dos de outros. É o modelo da mãe cuidadosa – que *cuida e se cuida*, de forma carinhosa e preparada – que triunfa e, ao mesmo tempo, se populariza na revista.

A veiculação dos enunciados e das imagens na *Pais & Filhos*, de um modo particular, dão forma concreta à idéia de que é o corpo da mãe que deve atender às necessidades específicas das crianças. Assim, estar grávida e ser mãe parece ocupar uma posição de prestígio dentro do contexto da revista. Pergunto: onde fica o corpo paterno? Para Badinter (2003, p. 14), “as imagens a partir da modernidade minimizam cada vez mais a participação masculina”. Essas imagens sobre a gestação, em franca expansão na

Pais & Filhos, fornecem, então, um modo particular de explicar diferenças e posições sociais: o corpo materno no centro do processo reprodutivo; o corpo paterno quase excluído do processo de implementação e de condução da gravidez – tanto que essa exclusão parece espalhar-se também para outras dimensões da reprodução social da vida humana, tal como a educação, o cuidado e a criação dos(as) filhos(as).

Localiza-se, na revista, uma representação de maternidade em que as mulheres devem assumir, de forma concreta, o processo biológico da gestação e do parto, como também os cuidados posteriores que os(as) filhos(as) requerem, por um período mais ou menos longo da sua existência, ou seja, a chamada maternagem. Badinter (1985) refere-se ao uso ambíguo da maternidade na cultura. A maternidade remete ao mesmo tempo para um estado momentâneo de gravidez e para uma ação de longo prazo: a maternagem, a educação.

Argumento que tais cuidados estão implicados com a “invenção do corpo grávido”. Como nos ensina Foucault (1999), cada época diz o que pode dizer em razão de suas condições de enunciação e de seus campos de visibilidade. Nesse sentido, o que procurei fazer aqui foi, então, mostrar dimensões de um movimento de significação muito mais amplo, no interior do qual uma multiplicidade de discursos, enunciados e imagens produzem as condições que estão na base dessa politização contemporânea do feminino e da maternidade.

Referências

CORRÊA, Marilena Villela. *Novas tecnologias reprodutivas: limites da biologia ou biologia dos limites*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, Editores Associados/AMPED, n. 20, maio/jun./jul./ago. 2002.

FITCHNER, Mirian. *O flagelo da maternidade*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT499085-1664-1,00.html>> Acesso em: 20/10/2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1985.

PAIVA, Miriam. *A mulher faz o pré-natal*. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?EPT4990>> Acesso em: 10/8/2006.

SCAVONE, Lucila. *Dar e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

Referências dos excertos

CARNEIRO, Sergio. Nós as mulheres. *Pais & Filhos*, São Paulo, n. 253, p. 102, jan. 1990.

FERNANDES, Simone. Aprenda a ser pai. *Pais & Filhos*, São Paulo, n. 138, p. 76-80, jun. 1980.

PINTO, Carlos. Gravidez rodeada de cuidados. *Pais & Filhos*, São Paulo, n. 192, p. 114, dez. 1984.